



Alberto Hoffman

TCU controla agora todas as nomeações

Desde ontem, data do início da vigência da nova Constituição, as contratações do setor público serão controladas pelo Tribunal de Contas da União, que poderá vetar qualquer nomeação considerada ilegal. O presidente do TCU, Alberto Hoffman, considera esta a maior tarefa do Tribunal, agora.

A forma de controle do Tribunal sobre as nomeações será regulamentada através da Lei Orgânica do Tribunal de Contas, cujo anteprojeto está sendo elaborado por seus ministros. A nova Carta autoriza o TCU a vetar as nomeações no momento de sua publicação no Diário Oficial e abrange desde concursos públicos até concursos internos. Irregularidades como idade superior à permitida, ou preenchimento de vagas acima do estabelecido, serão constatadas pelo Tribunal antes mesmo que o funcionário seja empossado.

O ministro Alberto Hoffman acredita que, a partir de agora, haverá receio de que contratações em número acima do permitido sejam feitas, uma vez que haverá controle. Segundo Hoffman, nem o Governo sabe quantos funcionários possui atualmente, em consequência da falta de controle de pessoal. Uma das irregularidades citadas pelo presidente do TCU está a cessão de funcionários contratados por órgãos do Governo a outros órgãos.

Hoffman informou que o TCU teve sua competência dobrada pelo novo texto, uma vez que a competência, que era exercida através de decretos, passou a fazer parte da Constituição.

CUT prepara caderno com novos direitos

São Paulo — O departamento sócio-econômico e político da CUT deve divulgar, na próxima semana, um caderno especial sobre os direitos sociais aprovados na nova Constituição. O que eles representam para os trabalhadores e quais as formas para que sejam cumpridos o mais rapidamente possível. O caderno servirá de base para os parlamentares do PT atuarem no Congresso Nacional e junto ao Poder Judiciário para a aplicação das disposições da nova Carta.

A informação foi prestada pelo presidente regional da CUT-SP, Arlindo Chingaglia, ao destacar que a Central realizou em todo o País manifestações contra alguns dispositivos do novo texto constitucional, referente à reforma agrária, tutela do Governo pelo poder militar e à organização sindical.

Congresso pode revogar contratações

Parlamentares já se movimentam para sustar os decretos de última hora

As contratações de funcionários sem concurso público, e a criação pelo Governo de centenas de cargos de coça na administração federal, publicadas no Diário Oficial da última terça-feira, poderão ser revogadas pelo Congresso Nacional. A própria Constituição, que entrou em vigor ontem, prevê que é da competência exclusiva do Congresso, entre outras atribuições, "sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa" (inciso V do artigo 49).

Com base nesses dispositivos os congressistas poderão revogar todas as medidas, segundo o líder do PMDB na Câmara Ibsen Pinheiro. As lideranças partidárias já estão se movimentando para examinar os atos do Governo, visando sustar todas as providências de última hora, para alterar a estrutura e atribuições de determinados órgãos. O líder do PSDB, Fernando Henrique Cardoso (SP), deve entrar hoje com um projeto de decreto legislativo, com esse objetivo.

Ibsen Pinheiro, porém, não vê com preocupação os inúmeros decretos baixados pelo Governo um dia antes da promulgação da nova Constituição, que contribuíram para que o Diário Oficial circulasse com quatro vezes mais páginas que a média das últimas terças-feiras. Ele acha que as matérias são da vida interna do Poder Executivo, argumentando que "o Governo pode fazer 90 decretos por dia e não vai haver nenhum problema, desde que não exorbitem das suas atribuições, limitadas pela nova Carta".

Desde ontem todas as contratações e nomeações para o serviço público federal passam pelo crivo do Tribunal de Contas da União (TCU). O Tribunal

poderá até tornar sem efeitos as nomeações que forem consideradas irregulares, disse o presidente do TCU, ministro Alberto Hoffman. Além das nomeações, passou a controlar o TCU todos os dados referentes aos registros e aposentadorias dos servidores.

CONTRATAÇÕES

Um dia antes da promulgação da nova Carta, o Diário Oficial circulou com 236 páginas, trazendo decretos, nomeações, renomeamentos e mudanças nos organogramas dos ministérios e órgãos do Governo. Como a nova Constituição estabeleceu a exigência de concurso público para contratação de funcionários, além de passar para o Congresso a competência para reestruturar órgãos federais e criar cargos e empregos públicos, o Governo fez questão de agir antes, enquanto ainda valiam os decretos-leis.

Foram contratados 61 servidores para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia, e cerca de cem para o Departamento de Imprensa Nacional (DIN), do Ministério da Justiça.

Mas a campeã em novas contratações foi a Funda-

ção Serviços de Saúde Pública, que contratou 412 novos funcionários, sendo que 30 dessas vagas foram mudadas na terça-feira por ordem superior. O diretor da Fundação José Nogueira Tapety, chegou a nomear uma fleira de parentes, entre eles, sua filha Fernanda Maria de Freitas Tapety, como assistente administrativa. Mário Expedito de Freitas Tapety, sobrinho do presidente, foi contratado para um cargo que não existia, de economista.

O superintendente da Sucam, Josélio Fernandes Carvalho Branco nomeou seu filho Fernando de Carvalho Sobrinho, como engenheiro da Fundação Serviços de Saúde Pública, além de contratar a filha de um primo, Maria dos Remédios Carvalho Branco.

No DIN, além de contratações foram efetivados servidores que trabalhavam em tabelas especiais (sem vínculo empregatício), num total de cerca de 100 funcionários. A diretora geral do DIN, Dinora Moraes, disse que os servidores de tabelas especiais foram submetidos a concurso interno, mas não públicos.

No Ministério da Cultura foram feitas 139 novas contratações, no Ministério da Justiça foram criados 68 novos cargos, com uma modificação de todo o organograma. O ministro Paulo Brossard disse que o fato vai provocar um aumento de "apenas 0,04 no orçamento do pessoal estabelecido para o ano, de cerca de R\$ 147 milhões. Os recursos já estavam previstos, segundo o ministro.

O DO publicou ainda 71 autorizações para afastamento de servidores públicos do País. Os dez nomes dos funcionários do Ministério da Educação publicados no Diário Oficial representam apenas uma reclassificação, informou o diretor de Recursos Humanos, Tarcísio Loureiro de Araújo.



Ibsen: sem preocupação

Governo nomeia e cria cargos

A Presidência da República aproveitou a última edição do Diário Oficial, anterior à vigência da nova Constituição, para promover mais nomeações e criar cargos de confiança sem precisar submetê-los ao Congresso Nacional. Passando despercebido em meio à euforia da promulgação formal da nova Carta Magna do País, os últimos decretos com alterações administrativas na estrutura do Governo Federal provocaram novamente um atraso na circulação do Diário Oficial de ontem, como havia acontecido na terça-feira.

Desta vez, o Diário Oficial trouxe cinco decretos dispondo sobre mudanças administrativas, como a transferência do Conselho Nacional de Informática (Conin) para a área da Presidência da República, e outros seis dispondo sobre a criação, transformação e reclassificação de funções de confiança.

Somente no Ministério dos Transportes foram criadas funções novas referentes à tabela e ao quadro permanente, com gastos que correrão à conta das dotações orçamentárias do próprio órgão. O mesmo aconteceu nos Ministérios do Interior e da Saúde.

Os Ministérios da Ciência e Tecnologia e Exército também promoveram a criação, transformação e extinção de cargos de confiança, em número não especificado, mas sem despesas. Isso porque todas as nomeações foram feitas por compensação, em decorrência da eliminação de alguns cargos de assessoramento superior e intermediário.

Outra importante alteração, aprovada pelo presidente José Sarney após reunir-se na noite de terça-feira com o ministro Raíph de Biase, atinge a estrutura básica do Ministério da Ciência e Tecnologia. Fica criada a Secretaria Espe-

cial para Assuntos Científicos (Seac), que terá um secretário especial, um coordenador de fomento científico e um coordenador de programas integrados.

Também foi alterado o estatuto da Fundação CNPq, a estrutura básica do Ministério do Interior e transferido o Conselho Nacional de Informática e Automação (Conin) para a área da Presidência da República. A partir de agora, a SEI funcionará como secretaria-executiva do Conin, que terá ainda uma comissão de assessoramento.

Essas foram as últimas alterações realizadas pelo presidente José Sarney fora do crivo do Congresso Nacional. Desde ontem à tarde, conforme determina a nova Constituição, fica estabelecida a exigência de concurso público para contratações e passa à competência do Congresso a reestruturação de órgãos públicos e criação de cargos.



Servidor do CNPq entra na Justiça

Inconformado com as 61 contratações para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o presidente da Associação dos Servidores do CNPq, Ronaldo Contre Aguiar, entrou com uma ação popular na 8ª Vara da Justiça Federal de Brasília, na terça-feira, contra a diretoria do órgão. Ele alega na ação que a diretoria descumpriu acordo coletivo de trabalho e o Plano de Cargos e Salários dos servidores, que determinam que o preenchimento de vagas deve ser feito preferencialmente através de ascensão funcional.

Ronaldo Aguiar classificou de "escandalosas e de cunho político" as contratações. Afirmou já ter alertado a presidência do órgão para a ilegalidade da medida, já esperada pelos funcionários. Para a assessoria da presidência do CNPq as contratações se justificam pela urgência no preenchimento de vagas especializadas.

Entre os inúmeros decretos que provocaram um atraso na circulação do DO de terça-feira, estão os que reestruturaram os ministérios do Planejamento, Fazenda e Fundação do Centro Brasileiro de TV Educativa (Fundevê). A reestruturação inclui a criação, transformação e extinção de cargos de confiança. Além de autorizadas mais quatro concessões de rádio e TV, foram reestruturados os cargos de confiança dos Sistemas de Controle Interno (Ciset) de todos os ministérios civis.

Mais um decreto transferiu a construção, o uso e gozo da estrada de ferro Leste-Noroeste, no Paraná, da estatal Valec para a empresa Ferroeste, de Olacir de Moraes, um dos maiores produtores de soja do mundo.